

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.307.066 - RN
(2018/0138552-6)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : EDNA DE ARAUJO NOGUEIRA
ADVOGADO : HENRIQUE BATISTA DE ARAÚJO NETO - RN011026
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTERES. : HAROLDO DE ARAUJO GONCALVES
INTERES. : MARIA LOURDES DE ARAUJO GONCALVES COSTA
INTERES. : ELIANA DE ARAUJO NOGUEIRA MEDEIROS
INTERES. : ELISAMA DE ARAUJO NOGUEIRA SANTOS
INTERES. : EDUARDO DE ARAUJO NOGUEIRA
INTERES. : ALBERTO DE ARAUJO GONCALVES
INTERES. : LÉLIA MARIA DE ARAÚJO GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FALECIMENTO DO RÉU NO CURSO DA DEMANDA. HABILITAÇÃO INCIDENTAL DE HERDEIROS. POSSIBILIDADE. ART. 8º DA LEI N. 8.429/1992. SÚMULA 83/STJ.

- 1.** Com efeito, a Lei n. 8.429/1992 em seu art. 8º dispõe expressamente que "o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer, ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança".
- 2.** Somente os sucessores do réu nas ações de improbidade administrativa fundadas nos arts. 9º e/ou 10 da Lei n. 8.429/1992 estão legitimados a prosseguir no polo passivo da demanda, nos limites da herança, para fins de ressarcimento e pagamento da multa civil.
- 3.** O art. 8º da LIA não estabelece qualquer marco sobre momento do óbito como condição de sua aplicabilidade.
- 4.** Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por maioria, vencido o Sr. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator